

## ARTIGO

# CIENTISTAS OU INTELECTUAIS? AS VISÕES DE WEBER E GRAMSCI

*Marcelo Leite Gastal\**

---

**RESUMO:** A diferenciação entre o cientista e o intelectual não é clara. Isso se deve principalmente ao fato de que a distinção entre as duas categorias deve ser feita analisando a função social de cada uma. Ou seja, considerar o âmbito, limitantes da ação e compromisso social. O objetivo deste trabalho é estabelecer estas diferenças. A comparação entre a definição de Weber para o cientista e a definição de Gramsci para o intelectual, é muito rica. Ambos exploram muito bem os aspectos de formação de cada um e definem com muita clareza as responsabilidades de ambos perante a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** sociologia; cientistas; intelectuais; Weber; Gramsci.

---

## INTRODUÇÃO

Se considerarmos que todo homem, em qualquer atividade que ele desenvolve sempre tem uma intervenção do intelecto, ou seja da inteligência, pode-se afirmar que todo homem é um intelectual.

Por sua vez, em relação ao cientista, indivíduo que se dedica à ciência, e que sua atividade dependente do seu intelecto, também pode-se afirmar que ele é um intelectual.

Dessa forma o limite de diferenciação entre o intelectual e o cientista não é explícito.

Gramsci (1978) coloca: “é preciso destruir o conceito muito difundido de que a filosofia é qualquer coisa muito difícil pelo fato de ser atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”.

---

\* Marcelo Leite Gastal é pesquisador da Embrapa Cerrados, Engenheiro Agrônomo formado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) e Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.

Ou seja, o próprio Gramsci (1978), dota o cientista de atividade intelectual diferenciada, já que no mesmo texto ele defende que existe uma filosofia espontânea, própria de toda a gente, contida na linguagem, no senso comum, no bom senso e na religião, fruto da atividade intelectual dessa gente.

Nesse sentido, a diferenciação destas duas categorias, intelectuais e cientistas, parece interessante, já que, no senso comum, o limite de cada uma parece não ser bem determinado.

O objetivo deste trabalho é ressaltar esta diferença. Para isso optou-se por dois autores, Gramsci, para tratar do intelectual, e Weber, para tratar do cientista.

Não se quer com isso ter a pretensão de afirmar que os autores escolhidos são os mais indicados para o tema. Na realidade a opção foi feita tentando explorar ao máximo um tema da obra de Weber, considerado um clássico da Sociologia, comparando a sua abordagem com um contemporâneo como Gramsci, que dedicou parte de sua obra na análise do intelectual, e sua participação na construção da cultura, em sua época.

## **OS INTELECTUAIS SEGUNDO GRAMSCI**

Para entender a concepção de Gramsci sobre os intelectuais, é preciso, como o próprio autor o faz, fazer uma análise do processo de formação dos mesmos.

Basicamente, são duas, as formas mais importantes assumidas pelo processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais (Gramsci, 1985).

A primeira, pode-se dizer que é a “fabricação” dos mesmos, por cada grupo social em função de suas necessidades, sejam elas no âmbito econômico, social e político, como forma de obter maior homogeneidade e consciência da própria função deste grupo.

São exemplos desta forma os técnicos da indústria, que é criado pelo empresário capitalista, o cientista da economia política, organizador de uma nova cultura, de um novo direito, e os senhores feudais, detentores de uma grande capacidade militar, criados pela aristocracia.

O empresário, no caso do técnico da indústria, necessita deste para poder se manter como grupo social, seja delegando a este, ou assumindo

ele mesmo, a função de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no estatal, como forma de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe.

A segunda, é o “aproveitamento” de intelectuais preexistentes, pelos grupos sociais, como uma forma de continuidade histórica das formas sociais e políticas.

São exemplos desta forma os eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo alguns serviços importantes como: a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência e da assistência.

Também, aparecem posteriormente, e de certa forma em decorrência da própria luta dos eclesiásticos em se manter como grupo social e para manter o seu monopólio das superestruturas, outras categorias de intelectuais, favorecidas e ampliadas através do poder do monarca, como por exemplo os administradores, os cientistas, teóricos e filósofos não eclesiásticos.

Esta breve análise das duas formas mais importantes de formação das diversas categorias de intelectuais mostra a grande importância, na visão de Gramsci (1985), da participação política do intelectual.

O intelectual, tem uma função política bem determinada, no que tange a manutenção do poder, de um determinado grupo social.

Isso se baseia no fato que, a detenção do saber, é uma forma de detenção do poder.

Um exemplo disso está no império Romano, em que César, se propõe a estabelecer em Roma os intelectuais que já residiam nela, criando assim uma categoria permanente deles, pois sem a permanência não se podia criar uma organização cultural, e atrair para Roma os melhores intelectuais de todo o Império Romano, provendo uma centralização de grande amplitude. Assim origina-se a categoria de intelectuais “imperiais” em Roma, que continuará no clero católico e deixará tantos traços em toda a história dos intelectuais italianos, com sua característica de “cosmopolitismo” até ao século XVIII (Gramsci, 1985).

Outro exemplo é o do partido político. O partido político necessita dos seus intelectuais, já que para todos os grupos sociais, ele é o mecanismo de transformar seus intelectuais, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e

funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil, e política.

Mas esta participação política dos intelectuais não é por assim dizer explícita. Enquanto “organizadores da hegemonia social”, “construtores de ideologias”, os intelectuais efetivam o vínculo orgânico entre o modo de produção e as superestruturas, unificando as diversas classes sociais em torno da classe dirigente e de seus objetivos (Schlesener, 1992). Tal atuação se desenvolve no seio da sociedade civil e da sociedade política: como elaboradores de ideologias, ao mesmo tempo que dão ao grupo que representam, consciência de sua função histórica, conseguem o consentimento “espontâneo” das massas pela formação de uma concepção de mundo vivida no cotidiano e veiculada nas instituições da sociedade civil; como “comissários” da classe dominante, exercem uma atividade coercitiva disciplinar através dos mecanismos da sociedade política.

A direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais.

Esta participação política se dá, em função do grupo que representam, de formas diferenciadas e imprescindíveis. Para as classes dominantes, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituídas. Para as classes dominadas, pela necessidade de superar as divisões sociais, unir as forças populares emergentes e lutar por uma nova ordem social.

Ou seja, os intelectuais orgânicos formam-se de maneira a expressar, organizar e defender os objetivos e interesses do grupo social ao qual estão vinculados, correspondendo ao primeiro tipo de formação dos intelectuais, descrito por Gramsci (1985), citada anteriormente.

Já a categoria de intelectuais do tipo tradicional, composta, em geral, por intelectuais rurais, camponeses ou da pequena burguesia das cidades menores, sem um vínculo com o novo modo de produção, desempenhando funções burocráticas, ocupando cargos na administração estatal e local, atuam como mediadores entre o poder instituído e as massas camponesas. São também os que se ligam a um bloco histórico anterior, aparecendo como “representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida”. São fruto do segundo tipo de formação de intelectuais, definida por Gramsci (1985), como “aproveitamento” dos preexistentes.

Devido ao exercício de funções em todos os campos das relações sociais, os intelectuais orgânicos desempenham a tarefa de organizar a economia, a política, a cultura, divulgar concepções do mundo, construir as bases do “consentimento”, viabilizando o exercício da hegemonia.

Da mesma forma, considerando-se que a hegemonia se efetiva como direção política e cultural e que toda nova civilização, mesmo sendo reprimida, combatida, obstaculizada de todos os modos, expressou-se antes na literatura que na vida estatal, percebe-se o quanto a ação do intelectual orgânico e do partido político são importantes e indispensáveis na preparação da contra-hegemonia (Schlesener, 1992).

Finalmente, o que se pode concluir é que, tanto os intelectuais orgânicos assim como os intelectuais tradicionais, definidos por Gramsci, referem-se a homens que desempenham na sociedade a função intelectual. Pois como o mesmo autor coloca quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. Pois pode-se falar de intelectuais, mas é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual. É impossível separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Não existe o “gorila amestrado” de Taylor, pois em qualquer trabalho físico, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora.

## OS CIENTISTAS SEGUNDO WEBER

No seu discurso “A Ciência como Vocação”, pronunciado na Universidade de Munique, em 1918, Weber analisa o tema sob dois pontos de vista (Weber, 1982).

O primeiro é em relação as condições externas, ou seja, analisa quais as perspectivas para o estudante formado que resolve profissionalmente dedicar-se à ciência na vida universitária.

Para isso, ele faz uma comparação do caso alemão, da época, com o caso americano.

No início da carreira, o professor americano, ao contrário do alemão, pode ser dispensado a qualquer momento, obrigando-o a atrair um grande número de alunos. No caso alemão existe uma estabilidade

maior, mesmo que não seja formalizada, já que por lei esta estabilidade não existe, mas possui uma espécie de direito moral a alguma consideração.

Esta diferença está baseada no fato de que o professor alemão, que começa no posto de *Privatdozent*, após ter entrado em contato com os especialistas e deles ter recebido o assentimento, começa a lecionar como residente, à base de um livro que tenha escrito e depois de ter passado por um exame perante o corpo docente da universidade, sem receber nenhum salário além das taxas pagas pelos alunos que se inscrevem.

No caso americano, o professor começa no cargo de assistente, com salário definido.

Outra diferença é quanto ao número de aulas. O professor iniciante americano se vê sobrecarregado de aulas, já o alemão não, pois os grandes cursos são ministrados pelos professores catedráticos, restando ao iniciante os cursos secundários.

Weber (1982) coloca que na Alemanha da época, estava havendo uma evolução do sistema de ensino universitário no sentido dos moldes americanos. Uma tendência dos institutos a se transformarem em empresas capitalistas estatais, havendo uma separação entre o trabalhador e os meios de produção, característico das empresas capitalistas. Isso cria uma dependência do professor ao chefe do instituto, como o trabalhador depende da direção da fábrica, ressaltando a posição precária em que fica o professor assistente alemão.

Com esta evolução do sistema de ensino alemão, outros fatores começam também a ser influenciados. A própria ascensão de um *Privatdozent* ou de um assistente ao posto de catedrático passa a ser cada vez mais influenciada pelo acaso.

O próprio Weber (1982) coloca “o fato de que o acaso, e não a capacidade, tenha um papel tão importante não se deve apenas, e nem mesmo predominantemente, aos fatores humanos, demasiado humanos, que naturalmente ocorrem no processo de seleção acadêmica, como em qualquer outra seleção”. Para ele, o predomínio da mediocridade nas universidades se deve ao corporativismo.

Associado ao corporativismo, a política também influencia no processo de seleção de novos professores. Para ele “somente quando os parlamentos, como ocorre em certos países, ou os monarcas, como aconteceu na Alemanha até agora ou os detentores revolucionários do

poder, como é o caso da Alemanha de hoje, intervêm por motivos políticos nas seleções acadêmicas, podemos ter a certeza de que as mediocridades cômodas terão as oportunidades exclusivamente para si” (Weber, 1982).

Por sua vez, Weber (1982) coloca que mesmo que a decisão sobre os destinos acadêmicos seja, em proporção tão grande, um acaso, não se deve apenas à insuficiência da seleção pela formação coletiva da vontade. Para ele todo jovem que decide seguir a carreira de professor (que ele considera como cientista), deve compreender que tem a sua frente uma tarefa com aspecto duplo. Ele deve ter qualidades não só como erudito mas também como professor, qualidades estas que nem sempre coincidem.

Ser um intelectual de destaque nem sempre significa ser um bom professor.

A massificação da universidade alemã, aumentou a necessidade de novos professores, com isso a qualificação exigida dos professores diminuiu. A qualificação passou a ser medida pelo número de alunos e não pela competência universitária.

Para Weber, “o preparo científico, e tal como devemos pratica-lo de acordo com a tradição das universidades alemãs, é assunto de uma aristocracia intelectual, e não devemos ocultar a nós mesmos tal fato. Na verdade, é certo que apresentar os problemas científicos de modo que uma mente não instruída, mas receptiva, possa compreender e - o que para nós é decisivo - possa vir a refletir sobre eles de forma independente, talvez seja a tarefa pedagógica mais difícil de todas. Mas se essa tarefa é ou não realizada não será o número de alunos que o demonstrará. E, essa arte mesma é um dom pessoal e de modo algum coincide com as qualificações científicas do universitário.

O cientista social, procura entender na realidade que está ao nosso redor, e na qual nos inserimos, aquilo que ela tem de específico. De forma a determinar as conexões e a significação cultural das diversas manifestações na sua configuração atual, e as causas pelas quais se desenvolveu de uma forma e não de outra (Weber, 1992).

Jamais o cientista social, representante de uma ciência empírica, pode dar receitas para a prática, através da determinação de normas e ideais obrigatórios.

A determinação de juízos de valor derivam de determinados ideais,

de origens subjetivas, dessa forma não podem ser resultado de uma análise científica.

Com relação aos fatores internos que influenciam a vocação, ou seja, a vocação íntima, Weber (1982) coloca que ela é condicionada pela crescente especialização que vem sofrendo a ciência.

Esta influência se dá pelo fato de que essa questão está num ponto, que o indivíduo só pode adquirir consciência certa de realizar algo verdadeiramente perfeito no caso de ser um especialista rigoroso (Weber, 1982).

Para Weber (1992), a posição dos sociólogos e dos cientistas sociais é resignada perante ao fato de que, todo os seus trabalhos que se estendem pelos campos correlatos, na melhor das hipóteses, proporciona ao especialista questões úteis, às quais não chegaria de seu próprio ponto de vista especializado.

Por sua vez, ele é um defensor da especialização, justificando que é através dela que o trabalhador científico pode adquirir a plena consciência de ter feito algo duradouro. Mas também defende, mesmo que, em apenas em uma pequena frase, que o trabalho do cientista social deve continuar imperfeito, mesmo sem possuir grau maior de especialização.

Para Weber (1982) o trabalhador científico deve possuir características que são essenciais, tais quais:

- paixão e entusiasmo; pois no trabalho científico é necessário em determinado momento fazer a conjectura correta, e isso é que dá ao cientista a experiência pessoal da ciência. Sem essa estranha embriaguez, sem essa paixão, segundo se tenha êxito ou não em fazer essa conjectura, sem isso não haverá vocação para a ciência e seria melhor dedicar-se a qualquer outra coisa;

- inspiração; nenhum volume deste entusiasmo, por mais sincero e profundo, pode forçar um problema a produzir resultados científicos. O entusiasmo é um pré-requisito da inspiração, que é decisiva; e,

- intuição; é um erro acreditar que a ciência hoje se tornou um problema de cálculo, elaborado nos laboratórios ou sistemas de fichários estatísticos, tal como numa fábrica, cálculo que envolve apenas o intelecto frio e não coração e alma. Para que qualquer cálculo seja feito é necessário que se tenha idéia do que fazer ou ainda para que fazer. É essa “idéia” que Weber (1982) coloca como sendo fruto da intuição, que por sua vez não pode ser forçada.

A “idéia” pode ser preparada através do trabalho árduo, mas nem sempre isso ocorre. É nesse ponto que se tem a diferença entre o diletante e o perito. A “idéia” do diletante pode ter a mesma influência para a ciência do que a do perito ou especialista. A diferença entre os dois é que, no caso do perito ou especialista, essa “idéia” é fruto de um trabalho firme e digno de confiança. O diletante não está em posição de controlar, estimar ou explorar a idéia em seus aspectos fundamentais. A “idéia” não pode ser substituída pelo trabalho, e o trabalho, por sua vez, não pode substituir a “idéia”, nem criá-la, tal como também não o pode o entusiasmo. Entusiasmo e trabalho, e acima de tudo ambos em conjunto, é que criam a “idéia”.

Ou seja, a ciência depende da intuição e inspiração dos homens, já que a partir destas é que surgem as “idéias”, elemento fundamental da ciência.

Segundo Weber (1982), a inspiração científica depende de destinos que nos são ocultos, e, além disso, de dons. Mas não só disso, depende também da personalidade e da experiência pessoal. Estas características estão intimamente ligadas, sendo que a segunda constitui a primeira e a ela pertence. As pessoas se empenham em conseguir experiência da vida, e para o autor o termo em alemão “sensação” era o mais adequado para descrever a experiência, dando uma idéia mais adequada do que é personalidade e do que significa.

No campo das ciências só quem se dedica exclusivamente a este trabalho é que tem personalidade. Ou seja, a personalidade só é alcançada através da dedicação exclusiva ao trabalho, pois dessa forma, o cientista pode servir a sua obra, e apenas ela, explorando ao máximo as suas potencialidades, obtendo cada vez mais experiência.

Mas, para Weber (1982) “quem faz de si mesmo o empresário no campo da ciência, aparecendo em cena buscando através da experiência legitimar-se, perguntando como pode provar que é algo a mais do que um simples especialista, e como pode dizer alguma coisa, na forma ou conteúdo, que não tenha sido dita por alguém, esse homem, não é uma personalidade. Essa conduta é um fenômeno de multidão, causando sempre má impressão e desmerecendo quem a pratica. Ao invés disso, a dedicação íntima à tarefa, e apenas ela, deve elevar o cientista ao auge e à dignidade do assunto a que ele pretende servir”.

Outra característica importante do trabalho científico é que ele está

preso ao curso do progresso. As realizações nas ciências tornam-se antiquadas a cada dez, vinte ou cinquenta anos. Fazer ciência é um trabalho de superação sucessiva, pois toda realização nesse campo gera novas perguntas e pede para ser ultrapassada. Por isso, para Weber (1982), quem desejar servir a ciência deve se resignar a este fato. “As obras científicas podem durar, sem dúvida, como “satisfações”, devido à sua qualidade artística, ou podem continuar importantes como meio de preparo. Não obstante, serão ultrapassadas cientificamente pois é esse o seu destino comum e, mais ainda, nosso objetivo comum”.

Mas, levando em consideração as colocações anteriores, Weber (1982) faz uma pergunta muito importante para quem quer analisar a ciência como vocação: “Por que alguém se dedica a alguma coisa que na realidade jamais chega, e jamais pode chegar, ao fim?”.

Para os homens práticos a finalidade é exclusivamente técnica, para poderem orientar suas atividades práticas dentro das expectativas que a experiência científica coloca à sua disposição.

A atitude do homem de ciência para com a sua vocação, ou seja, se ele estiver em busca dessa atitude pessoal, sua afirmação será que se dedica à ciência pela ciência, e não apenas porque outros, podem tirar dela o seu sustento, êxito comercial ou governar melhor.

Tentando aprofundar mais essa questão, Weber (1982) coloca ainda uma nova questão: “Mas o que espera realizar quem se deixa integrar nessa organização especializada, que vai *ad infinitum*, que seja significativo nessas produções que estão sempre destinadas a serem superadas?”.

Para o autor uma consideração que deve ser feita é que o progresso científico é a fração mais importante, do processo de intelectualização que a civilização vem sofrendo há milhares de anos e que atualmente é julgada de forma negativa. É uma racionalização intelectualista, criada pela ciência e pela tecnologia orientada cientificamente.

Mas isso não significa que atualmente as pessoas tem maior conhecimento das condições de vida em que vivem, comparado com as civilizações primitivas. Para Weber (1982), os selvagens tinham maior conhecimento das suas ferramentas do que o homem contemporâneo. Hoje se alguém fala ao telefone não necessariamente sabe como isso é possível, e provavelmente nem se interesse. Essa intelectualização significa que, se a pessoa se interessar em saber como o telefone funciona, esse

conhecimento está à sua disposição. Na realidade o que houve foi um desencantamento do mundo. A intelectualização é transformar o mundo em fenômenos conhecidos, é abandonar a visão de que há “forças misteriosas incalculáveis”.

Para isso os homens necessitaram descobrir os instrumentos para poder fazer ciência.

O primeiro deles foi o “conceito”, de forma a tirar a ciência e suas construções intelectuais do campo irreal de meras abstrações artificiais, que buscava a essência da vida sem jamais consegui-lo. Este “conceito” conscientemente descoberto por Sócrates, e também na Índia, parecia abrir o caminho para o conhecimento e o ensino de como agir acertadamente na vida e, acima de tudo, como agir como cidadão do Estado, já que isso era muito importante para o homem helênico, cujo pensamento era totalmente político (Weber, 1982).

Outro instrumento foi a experimentação racional, como meio de controle fidedigno da experiência. A utilização da experimentação como princípio de pesquisa surgiu na Renascença, através dos grandes inovadores da arte como Leonardo e os experimentadores da música do século XVI. Mas, a incorporação da experimentação à ciência foi feita por Galileu e ingressou na teoria através de Bacon (Weber, 1982).

Assim a ciência assumiu significados diferenciados. Para os artistas, apareceu como um caminho para a natureza. Nas ciências exatas, influenciadas pelo protestantismo e puritanismo, como o caminho para chegar a Deus. Para os racionalistas, a ciência aparece como a técnica de dominar a vida, como o caminho para a felicidade.

Para Weber (1982) a resposta mais simples foi dada por Tolstói: “a ciência não tem sentido porque não responde à nossa pergunta, a única pergunta importante para nós: o que devemos fazer e como devemos viver?”.

Ou seja a ciência não dá respostas norteadoras da vida, mas sim, possibilita o conhecimento como forma de compreender a realidade da vida. Fazer ciência é a busca do conhecimento por si só, e não por uma finalidade prática para a vida.

Para Weber (1992), “... jamais pode ser tarefa de uma ciência empírica proporcionar normas e ideais obrigatórios, dos quais se possa derivar “receitas para a prática”. “Uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve fazer, só lhe é dado, em certas circunstâncias, o que

quer fazer. É verdade que, no setor das nossas atividades científicas, continuamente são introduzidos elementos da cosmovisão pessoal, bem como na argumentação científica”. “Porém emitir um juízo sobre a validade de determinados valores é assunto da fé, e talvez também seja tarefa de uma consideração e interpretação especulativa da vida e do mundo, no tocante ao seu sentido, mas, certamente, não é tarefa de uma ciência empírica, no sentido como nós a entendemos”.

Finalmente, para Weber (1982), o cientista, que ele sempre associa ao professor, é todo o indivíduo que se propõe a fazer ciência, mas para isso é necessária a curiosidade científica, e não o objetivo prático, como elemento estimulador. A busca do conhecimento deve vir da necessidade de entender os fenômenos sociais e não para fins práticos.

Ou seja, “o professor acadêmico deve ter a integridade intelectual de ver que uma coisa é apresentar os fatos, determinar as relações matemáticas ou lógicas, ou a estrutura interna dos valores culturais, e outra coisa é responder a perguntas sobre o valor da cultura e seus conteúdos individuais, e à questão de como devemos agir na comunidade cultural e nas associações políticas” (Weber, 1982).

Para o autor é importante ressaltar que a ciência possui três objetivos básicos:

- contribuir para a tecnologia do controle da vida calculando os objetos externos bem como as atividades dos homens;
- contribuir com métodos de pensamento, os instrumentos e o treinamento para o pensamento; e,
- contribuir com a clareza, ou seja, no momento de uma tomada de posição, a experiência científica proporciona o conhecimento dos meios para colocar em prática determinada convicção. Ajudar no processo de escolha entre os fins e os meios e, na prestação de contas do significado último de determinada conduta.

## CONCLUSÃO

Para poder fazer a diferenciação entre o intelectual de Gramsci e o cientista de Weber, uma consideração ainda se faz necessária.

Esta consideração nada mais é que, o entendimento do que é política. Weber (1982) em seu discurso “A Política como Vocação” coloca que o conceito de política é extremamente amplo, englobando qualquer tipo de liderança independente em ação. Por isso ele considera no texto como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e daí hoje, de um Estado.

Ou seja, para ele, a política significa a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado. Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como poder pelo poder, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder.

E continua, colocando que, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima. Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder.

Segundo Weber (1982), esta dominação pode assumir três formas: o domínio tradicional, o domínio carismático e o domínio em virtude da legalidade e da competência.

A obediência é determinada pelos motivos bastantes fortes do medo e esperança, medo da vingança dos poderes mágicos do detentor do poder, esperança de recompensa neste mundo ou no outro e, além de tudo isso, pelos mais variados interesses.

Para Weber (1982), o que lhe interessa em termos de estudo é o tipo de domínio em virtude da dedicação, dos que obedecem, ao carisma exclusivamente do líder. Os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele. A dedicação de seus discípulos, seus seguidores, seus amigos pessoais do partido é orientada para a sua pessoa e para as suas qualidades.

Considerando que, para Gramsci (1985), o intelectual tem uma função política bem determinada, no que tange a manutenção do poder por determinado grupo social, e que, a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais, o conceito de intelectual de Gramsci aproxima-se mais, em parte, ao político de Weber do que ao cientista.

Diz-se em parte pois, como foi colocado anteriormente, o político, caracterizado por Weber (1982), é o líder, ou seja, o indivíduo de frente,

que exerce a função de liderança perante determinado grupo social.

Para Gramsci (1985), o intelectual tem uma função política, de construção da cultura, mas nem sempre de forma direta. Ele não aparece como líder, segundo a concepção de Weber (1982), mas sim como elemento de apoio as lideranças. Isso se confirma, quando se analisa uma colocação de Schlesener (1992), ao analisar a obra de Gramsci, que diz: “... a atuação dos intelectuais torna-se imprescindível: para as classes dominantes, no sentido de criar as bases de sustentação e legitimação da ordem social instituída; para as classes dominadas, pela necessidade histórica de superar as divisões sociais, unir as forças populares emergentes e lutar por uma ordem social”. E continua, “ a partir do Estado Moderno, há uma gradação de funções, uma divisão do trabalho e uma fragmentação de tarefas de caráter manual e instrumental que em algumas situações não aparece nenhuma atribuição direta e organizativa, formam-se grandes massas intelectuais de tipo urbano que desempenham novas funções nascidas com o desenvolvimento industrial ou tarefas políticas necessárias ao grupo social dominante; deste modo, elaborou-se uma gradação que se estende desde os grandes intelectuais, criadores de ciência, filosofia, arte, etc., até os administradores e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada”.

Por sua vez, nesta definição de “grandes intelectuais”, que engloba os criadores de ciência, filosofia, arte etc., é um ponto em que o conceito de intelectual de Gramsci, também se aproxima ao conceito de cientista de Weber.

Mas, como o próprio Weber (1992) coloca, “... tomar uma determinada decisão em função daquelas ponderações já não é mais tarefa possível para a ciência. Ela é própria do homem de ação: ele pondera e escolhe, entre os valores em questão, aqueles que estão de acordo com sua própria consciência e sua cosmovisão pessoal. A ciência pode proporcionar-lhe a consciência de que toda ação, e também, de modo natural, conforme com as circunstâncias, a não ação implicam, no que tangem às suas conseqüências, uma tomada de posição em função de determinados valores, e, deste modo, em regra geral, contra outros valores, fato que hoje em dia, é facilmente esquecido. Decidir-se por uma opção é exclusivamente assunto pessoal”.

Assim sendo, pode-se afirmar que o cientista de Weber, pode ser uma categoria de intelectual definido por Gramsci. Mas por sua vez, é

necessário tomar cuidado nesta afirmação pois, no momento em que o indivíduo, ou melhor, o intelectual, começa a assumir posições pessoais, a emitir juízos de valor sobre determinadas questões, ele deixa de ser um “intelectual cientista” para ser apenas um intelectual, ou por assim dizer, passa a ser um “intelectual político”.

O próprio Weber (1992) coloca: “... de todo modo, não será mais a ciência quem fala, neste caso e, em consequência disso, existe um imperativo fundamental, qual seja o da imparcialidade científica, que consiste no seguinte: em tais casos, é necessário indicar aos leitores, e digamos novamente a nós mesmos, em que momento cessa a fala do pesquisador e começa a fala do homem que está sujeito a intenções e vontades, em que momento os argumentos se dirigem ao intelecto, e em qual se dirigem ao sentimento.”

#### BIBLIOGRAFIA

- GRAMSCI, A. - Contribuição para uma História dos Intelectuais. In: *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1985, p. 03-116.
- GRAMSCI, A. - Problemas do Materialismo Histórico. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 19-66.
- SCHLESENER, A.H. - Hegemonia e Cultura. In: *Hegemonia e Cultura: Gramsci*, Curitiba: Editora da UFPR, 1992, p. 17-38.
- WEBER, M. - A Ciência como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 154-183.
- WEBER, M. - A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política - 1904. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora e Editora da UNICAMP, 1992, v. 1, p. 107-154.
- WEBER, M. - A Política como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 97-153.

